vinetur

Deputados franceses aprovam diferimento do IVA para fornecedores de Cognac

A alteração permitiria aos fornecedores de vinho e bebidas espirituosas exportadores evitar o pagamento antecipado de IVA sobre destilação, armazenagem e envelhecimento a partir de 1 de julho de 2027, caso seja aprovada

quarta-feira, 4 de novembro de 2026



A Assembleia Nacional francesa aprovou na segunda-feira, 2 de novembro, uma alteração que permitiria aos fornecedores dos setores do vinho e das bebidas espirituosas fortemente dependentes das exportações evitar adiantar o imposto sobre

o valor acrescentado relativo a parte da sua atividade produtiva, numa mudança que visa, acima de tudo, aliviar a pressão financeira sobre o setor do Cognac.

A alteração foi aprovada durante o debate sobre o Orçamento de França para 2027 e contou com o apoio do Governo. A aprovação não significa que a medida tenha sido definitivamente adotada, e o próprio texto propõe que as novas regras se apliquem a partir de 1 de julho de 2027, caso sobrevivam ao resto do processo orçamental.

A medida foi apresentada por Sandra Marsaud, deputada pelo departamento de Charente, onde se concentra a produção de Cognac. De acordo com a alteração I-968, a mudança aplicar-se-ia aos setores organizados através de um organismo interprofissional quando mais de 85% das suas vendas anuais fossem realizadas através de exportações ou entregas no interior da União Europeia. Esse limiar é definido ao nível do setor, e não com base na percentagem de exportações de cada fornecedor individual.

Esta distinção é importante porque França já dispõe de um sistema que permite aos exportadores comprar mercadorias sem pagar primeiro o IVA, mas esse sistema não abrange as mesmas compras quando são feitas por fornecedores a montante na cadeia de produção. A nova alteração destina-se a alargar um tratamento semelhante a transações e serviços ligados à produção, incluindo destilação, loteamento, armazenagem e envelhecimento, quando realizados por operadores registados ou em seu nome.

Para as casas de Cognac que mantêm aguardentes em envelhecimento antes da venda, o principal efeito seria financeiro, e não comercial. A medida visa reduzir a necessidade de financiar antecipadamente o IVA durante longos ciclos de produção e maturação. Não foi publicada qualquer estimativa oficial da poupança de tesouraria, e a alteração não reduz o imposto pago pelos consumidores.

A proposta surge num contexto de pressão sobre o setor do Cognac, devido à quebra dos envios. Na campanha de comercialização de agosto de 2025 a julho de 2026, os envios mundiais de Cognac totalizaram 143,7 milhões de garrafas, no valor de 2,25 mil milhões de euros, segundo os números citados no debate orçamental. Face ao ano anterior, os volumes caíram 7,1% e o valor diminuiu 16,4%.

Numa notícia sobre o tema, a La Revue du vin de France, citando a Agence France-Presse, afirmou que os deputados e o Governo apresentaram a alteração como uma resposta específica às dificuldades de um setor que vende quase toda a sua produção no estrangeiro. A publicação referiu que a quebra nas vendas de Cognac tem sido associada às tensões comerciais, incluindo o aumento das tarifas dos Estados Unidos, uma sobretaxa chinesa sobre as aguardentes e uma diminuição mais generalizada do consumo de álcool.

Dados das alfândegas francesas citados nessa cobertura indicavam que as exportações de Cognac ascenderam a cerca de 3 mil milhões de euros em 2024, cabendo aos Estados Unidos 36% e à China 20%. Estes números ajudam a explicar por que razão os deputados consideraram o Cognac o principal beneficiário da mudança, embora a alteração tenha uma redação suficientemente abrangente para incluir outras empresas exportadoras de vinho e bebidas espirituosas que cumpram o limiar.

O ministro das Contas Públicas, David Amiel, apoiou a alteração durante o debate na Assembleia, afirmando que a medida aliviaria sobretudo a tesouraria das empresas numa altura de crise no setor do Cognac. O apoio do Governo destacou-se, uma vez que, durante o mesmo debate orçamental, os deputados aprovaram também várias outras alterações relacionadas com o IVA contra a vontade do Governo.

Ainda assim, a votação de 2 de novembro não resolve a questão. O Orçamento de França ainda tem de percorrer o resto do processo legislativo, e os governos revêm ou eliminam frequentemente alterações antes da aprovação final. Neste caso, o texto aprovado deve ser entendido sobretudo como um sinal político e fiscal de que os deputados estão dispostos a conceder um regime específico de IVA à cadeia de abastecimento do Cognac, e não como uma alteração imediata à legislação fiscal.